



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

**9ª Legislatura, 3ª Sessão Legislativa**

**16 de março de 2021**

**Ata da Vigésima Sessão Ordinária**

Às quinze horas do dia dezesseis do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Léo Barbosa, secretariado pelos Senhores Deputados Fabion Gomes, Primeiro-Secretário e Zé Roberto Lula, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderéz Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estava ausente o Senhor Deputado Valdemar Júnior. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 358/2021, de autoria do Senhor Deputado Fabion Gomes; 359/2021, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 360 e 361, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto; Projeto de Resolução que recebeu o número 4/2021, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; e os Requerimentos que receberam os números 564 a 586. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Elenil da Penha. Em seguida, o Senhor Deputado Nilton Franco, solicitou ao Senhor Presidente a retirada do Projeto de Lei número 306/2020, de sua autoria, que “dispõe sobre a criação, o manejo e a exposição de aves da raça Mura, no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, da pauta da Ordem do Dia, o qual foi deferido. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 301/2020, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira, que “dá nome à Escola Estadual Padrão de Tempo Integral de Araguaína-TO, no setor Maracanã”, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decretos Legislativos números: 106/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 266, de 22 de dezembro de 2020, que



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Carrasco Bonito”; 107/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 240, de 22 de junho de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Ipueiras”; 108/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 247, de 24 de junho de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Mateiros”; 109/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 225, de 21 de maio de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Rio dos Bois”; 110/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 191, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de São Miguel do Tocantins”; e 111/2020, de



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 193, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Sítio Novo do Tocantins”; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 468, 456, 457, 458, 482, 483, 532, 546, 486, 575, 571, 572, 493, 441, 442, 443, 463, 475, 476, 477, 504, 505, 506, 509, 540, 568, 492, 481, 453, 507, 508, 559, 446, 447, 233, 234, 362, 449, 450, 451, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 479, 510, 512, 537, 538, 539, 232, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357 e 358, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário*

*Presidente*

*2º Secretário*